



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

A C Ó R D ã O Nº 287

Feito : Processo Nº 865/91-TCE/ACRE

Relator: Conselheiro José Augusto Araújo de Faria


Assunto: CONVÊNIO firmado entre a Secretaria de Planejamento e a Prefeitura Municipal de MANUEL URBANO - PRESTAÇÃO DE CONTAS.

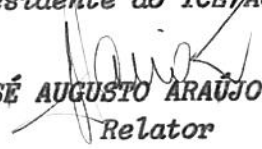
CONVÊNIO Nº 010/91, celebrado entre a Secretaria de Estado de Planejamento e a Prefeitura Municipal de MANUEL URBANO e a respectiva Prestação de Contas - constatadas irregularidades, notifica-se as partes para doravante evitá-las, assinado prazo, à conveniada, para regularizar a situação do imóvel adquirido

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 865/91, acima indicado, A C O R D A M os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à unanimidade, acolher, pelas razões expostas, o voto do Conselheiro Relator, parte integrante deste julgado, pela notificação das partes convenientes, no sentido de evitar incorreções futuras, quando da celebração de novos atos, assinado o prazo de trinta (30) dias, à Conveniada, para apresentar a esta Corte de Contas, o documento específico de regularização do imóvel adquirido, objeto do Convênio Nº 010/91, em análise.-----

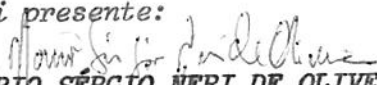
Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre.

Rio Branco, 11 de fevereiro de 1993.


Cons. ISNARD BASTOS BARBOSA LEITE,
Presidente do TCE/ACRE


Cons. JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA,
Relator

Fui presente:


MÁRIO SÉRGIO NERI DE OLIVEIRA
Procurador do Ministério Público Especial

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

Este documento foi publicado no
DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO N. 5.944

d. 01 / 03 / 1993 10.12

Secretaria do Plenário



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

PROCESSO: 865/91

RELATOR : Conselheiro JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA

ASSUNTO : CONVÊNIO FIRMADO ENTRE A SECRETARIA DE PLANEJAMENTO-SEPLAN
E O MUNICÍPIO DE MANUEL URBANO E A RESPECTIVA PRESTAÇÃO
DE CONTAS

RELATÓRIO:

O presente feito trata de Convênio entre a Administração Estadual, através da SEPLAN e a Administração do Município de Manuel Urbano, onde se nos apresentam as irregularidades seguintes:

- I - prestação de contas fora do prazo;
- II - falta de fiscalização por parte da SEPLAN;
- III- falta de justificativa para a inexigência da licitação para aquisição do imóvel;
- IV - não consta do processo a escritura pública do imóvel adquirido;
- V - Doc, de fl. 09 é estranho ao feito.

É o relatório.

José Augusto Araújo de Faria
Conselheiro Relator



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

PROCESSO : 865/91

RELATOR : Conselheiro JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA

ASSUNTO : CONVÊNIO FIRMADO ENTRE A SECRETARIA DE PLANEJAMENTO-SEPLAN
E O MUNICÍPIO DE MANUEL URBANO E RESPECTIVA PRESTAÇÃO
DE CONTAS

CONCLUSÃO E VOTO:

É lamentável que um processo eivado de erros e irregularidades promovidas por ambas as partes tenhamos que, depois de notificar as partes no sentido de evitar incorreções futuras, tê-lo que mandar arquivar, simplesmente.

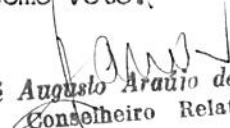
Não podemos condenar por simples presunção as partes, no sentido de elas terem cometido tais irregularidades uma vez que pela prestação de contas não demonstra ter havido prejuízo ao erário público.

Entretanto, para que possamos mandar arquivar o processo se faz necessário proceder a regularização da propriedade do imóvel adquirido por parte da conveniada.

Ante ao exposto:

Voto pela notificação das partes no sentido de evitar incorreções futuras, abrindo prazo de 30 (trinta) dias para a conveniada apresentar a esta Egrégia Corte de Contas documento específico de regularização da propriedade do imóvel adquirido.

É como voto.


José Augusto Araújo de Faria
Conselheiro Relator